

Gênero como determinante social da saúde de trabalhadoras plataformizadas de moto entregas

Gender as a social determinant of health for motorcycle delivery workers on digital platforms

Fernanda Diniz de Sá¹, Lucas Eurikes Melo Vasconcelos², Raynara Samille Guerra Oliveira², Camilla Araújo da Silva², Ariana Nogueira Rodrigues de Oliveira², Leonildo Santos do Nascimento Júnior²

DOI: 10.1590/2358-28982025E210500P

RESUMO O presente estudo teve como objetivo investigar, sob a perspectiva de gênero, as condições de trabalho e saúde de trabalhadoras que utilizam motocicletas para a realização de entregas, intermediadas por aplicativos, na região metropolitana de João Pessoa, Paraíba. Trata-se de um estudo exploratório de caráter qualitativo. Para tanto, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, baseado no referencial teórico do tema. Quinze trabalhadoras participaram da pesquisa, cujas falas foram transcritas e analisadas por meio da técnica de análise temática de conteúdo. As participantes relataram conflitos com os pares, falta de apoio, violências de gênero e motivações iniciais que as levaram ao cadastro nas plataformas, bem como as consequências desse trabalho para a saúde física e mental. Como estratégia de proteção, foi ressaltada a importância da construção e fortalecimento do coletivo de trabalho. Nesse contexto, evidencia-se como a correlação entre a saúde e os padrões patriarcais instituídos no mercado operam como determinantes sociais significativos de saúde. Para enfrentar esses desafios, é fundamental compreender esse fenômeno a fim de garantir atenção à saúde qualificada e alicerçada em políticas que mobilizem e confrontem as estruturas sociais.

PALAVRAS-CHAVE Riscos ocupacionais. Segurança do emprego. Saúde mental. Perspectivas de gênero. Mulheres trabalhadoras.

ABSTRACT *This study aimed to investigate, from a gender perspective, the working and health conditions of female workers who use motorcycles for deliveries via apps in the metropolitan region of João Pessoa, Paraíba. This is an exploratory, qualitative study. A semi-structured interview script, based on the theoretical framework of the theme, was used. Fifteen female workers participated, and their statements were transcribed and analyzed through thematic content analysis. The participants reported conflicts with peers, lack of support, gender-based violence, initial motivations for registering on the platforms, and the effects of this work on their physical and mental health. The importance of building and strengthening the work collective was highlighted as a protective strategy. The study shows how the intersection of health and patriarchal market standards acts as significant social determinants of health. To address these challenges, understanding this phenomenon is crucial for ensuring qualified healthcare through policies that mobilize and challenge social structures.*

KEYWORDS *Occupational risks. Job security. Mental health. Gender perspective. Women, working.*

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Natal (RN), Brasil.
fernanda.sa@ufrn.br

²Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - João Pessoa (PB), Brasil.



Introdução

Atualmente, os avanços de novas tecnologias têm provocado profundas transformações na estrutura e na organização do mundo do trabalho. Diante desse cenário, o modelo capitalista, na sua fase atual, adota como principais estratégias a reestruturação produtiva e a flexibilização das relações laborais. Tais medidas, embora estejam associadas ao discurso da modernização e da eficiência, tanto para o mercado como para o trabalhador, têm contribuído significativamente para a intensificação da jornada de trabalho, sobretudo nas atividades mediadas por plataformas digitais¹.

A plataformização do trabalho emerge como um fenômeno crescente caracterizado pela intermediação de serviços por aplicativos, oferecendo aos(as) trabalhadores(as) uma inserção rápida no mercado, sob a premissa da autonomia e da flexibilidade. A informalidade, que antes era vista como exceção por influência do desenvolvimento econômico do Brasil e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), apresenta-se socialmente naturalizada. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com outras entidades, no ano de 2022, o Brasil possuía aproximadamente 29,9 milhões de trabalhadores independentes, dos quais cerca de 1,5 milhão é de motoristas entregadores². Esses dados destacam a relevância e a crescente expansão dessas novas relações de trabalho no País.

Apesar da veiculação social de uma narrativa que enfatiza a autonomia dos trabalhadores de aplicativo, a realidade cotidiana evidencia uma lógica de exploração, manifestada em jornadas extenuantes, rendimentos variáveis, insegurança quanto à manutenção da atividade e ausência de vínculo formal com as empresas³. Um modelo de trabalho pautado na pressão pela produtividade, somada à insegurança constante e à falta de proteção social, relaciona-se diretamente com o desenvolvimento de sofrimento e adoecimento, tanto físico

como mental, sendo potentes determinantes sociais da saúde⁴. Com base em uma pesquisa qualitativa realizada com motoristas e entregadores de aplicativos, foram identificados, no discurso dos participantes, sentimentos de precarização, desamparo, insegurança e desgaste físico e mental. Tais sentimentos se correlacionam com a ausência de direitos trabalhistas, a pressão por produtividade e a invisibilidade do sofrimento⁵.

Além disso, é necessário salientar a existência de implicações ainda mais significativas dessa dinâmica sobre as mulheres, especialmente as entregadoras, que enfrentam condições laborais agravadas por fatores relacionados com a divisão sexual do trabalho⁶. Esse conceito faz referência a como cada sociedade adapta a divisão social do trabalho com base nas relações sociais de sexo. Historicamente, apresenta como característica a atribuição prioritária dos homens à esfera produtiva (comumente compreendida como trabalho formal) e, quanto às mulheres, à esfera reprodutiva (atividades com o objetivo de sustentar a vida humana e social). A divisão sexual do trabalho é regida por dois princípios organizadores: separação e hierarquização. O primeiro diz respeito à distinção clássica de atividades por sexo, já o segundo atribui maior valor ao trabalho masculino⁷.

Pelo fato de as mulheres estarem inseridas em um contexto de precarização e desempenhando uma atividade socialmente masculina, estas costumam enfrentar cotidianamente desafios adicionais que comprometem a saúde dessas trabalhadoras, tais como: dupla jornada, ausência de infraestruturas adequadas, medo de violência e discriminação de gênero e raça⁸. Assim, torna-se fundamental problematizar os efeitos da plataformização no contexto de trabalho e nas suas implicações sociais, com ênfase nas desigualdades de gênero que atravessam esse processo.

Esta investigação tem como principal objetivo analisar, sob a perspectiva da interseccionalidade de gênero, raça e classe, as condições de trabalho e saúde de trabalhadoras

que utilizam motocicletas para a realização de entregas, intermediadas por aplicativos, na região metropolitana de João Pessoa, na Paraíba. Busca-se compreender como esses marcadores sociais se entrecruzam na experiência dessas mulheres, influenciando o acesso a direitos, a exposição a riscos, violências e a vivência da precarização.

Material e métodos

Trata-se de um estudo exploratório, de corte transversal, de natureza metodológica qualitativa. A metodologia adotada está alinhada ao objetivo proposto nesta pesquisa, pois se debruça sobre o universo de significados, aspirações e motivações dos sujeitos, visando compreender como as pessoas se relacionam com o mundo e com o contexto histórico real em que estão inseridas.

Esta investigação decorre de um projeto interinstitucional voltado à articulação entre pesquisa e extensão, o qual viabilizou o acesso e a aproximação com a categoria-alvo deste estudo. No âmbito dessa iniciativa, foram desenvolvidas ações educativas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de riscos ocupacionais, além da realização de debates sobre estratégias de mobilização em defesa dos direitos enquanto trabalhadoras. As intervenções ocorreram entre 2023 e 2024, em uma entidade representativa de entregadoras situada na região metropolitana de João Pessoa, no estado da Paraíba.

A pesquisa contou com a participação de 15 mulheres que utilizam motocicletas para realizar entregas por meio de plataformas digitais. Trata-se de uma amostra não probabilística selecionada por conveniência. Como instrumento, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada, tendo por base perguntas norteadoras que pretendiam percorrer os seguintes temas: trajetórias laborativas que conduziram a inserção nessa atividade profissional; dificuldades iniciais e cotidianas das atividades de trabalho;

ocorrências de saúde autorreferidas; impactos nos modos de vida e em suas redes sociais diversas; mecanismos de interação e organização social entre pessoas trabalhadoras nesse setor. Complementarmente, foi adotado um questionário sociodemográfico com o propósito de conhecer o perfil profissional e buscar a caracterização geral das participantes.

Foram realizadas entrevistas individuais, com uma duração média de 50 minutos, entre fevereiro e junho de 2024, sendo concluídas a partir do nível de saturação teórica. Os critérios de inclusão envolveram: identificação com o gênero feminino, idade entre 18 e 59 anos, vínculo ativo com aplicativos de entrega ou cooperativas do setor, utilização da motocicleta como meio principal de trabalho e dependência exclusiva dessa atividade como fonte de renda. A justificativa para a escolha dessa metodologia na coleta de informações ancora-se na oportunidade de obter relatos de modo espontâneo a respeito das vivências sobre o tema, além de criar um ambiente seguro de partilha de outras experiências.

Por se tratar de uma investigação com seres humanos, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 68494123.6.0000.5188 e Parecer nº 6.023.167, respeitando todos os aspectos éticos e normativos que envolvem a pesquisa com seres humanos presentes nas Resoluções nº 466/2012⁹ e nº 510/2016¹⁰ do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Após a aprovação, procedeu-se à fase de busca propriamente dita. Pelo fato de este estudo ser fruto de um projeto interinstitucional, os locais de contato foram facilitados pelas relações já existentes da equipe com as entregadoras. Sendo assim, ocorreram abordagens em locais de concentração, como pontos de espera para entregas (proximidades de lojas e restaurantes), espaços de descanso e pontos de apoio.

Por envolver locais coletivos de convivência, as pesquisadoras abordavam individualmente cada trabalhadora presente para apresentar a

pesquisa e os objetivos. Diante do interesse e da disponibilidade para a participação, ocorria a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, abordando os riscos, os benefícios, a garantia do sigilo ético e do anonimato e a possibilidade de desistência sem qualquer prejuízo para ambas as partes, além da autorização para a gravação de áudio.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. As falas constituíram um *corpus* textual único, submetido à Análise Temática de Conteúdo¹¹. No percurso metodológico, foram identificadas unidades de registro que forneceram subsídios para a construção dos eixos analíticos, a partir dos quais foram definidas as categorias utilizadas na discussão dos relatos. Para garantir a confidencialidade das informações, as participantes foram identificadas pela designação ‘entregadora’, acompanhada de uma numeração sequencial correspondente à ordem de participação na pesquisa.

Resultados e discussão

No que diz respeito ao perfil sociodemográfico das entrevistadas, destaca-se que a maioria das entregadoras, 10 mulheres, tinha entre 20 e 30 anos, sendo o mesmo número de trabalhadoras que se declararam como pardas. Sobre a renda, 8 trabalhadoras referem ganhar entre R\$ 300 e R\$ 600 por semana, seguida por três que referiram ganhar entre R\$ 600 e R\$ 750 no mesmo período trabalhado.

Considerando o tempo de cadastro na plataforma, seis estão trabalhando há menos de um ano com entregas, cinco estão entre um e dois anos e, por último, quatro estão por um período maior que dois anos. Quando questionadas sobre a quantidade de horas trabalhadas por dia, considerando o tempo de acesso às plataformas de entregas, sete referiram trabalhar entre 4 e 8 horas, seguida por seis trabalhadoras que relataram entre 9 e 12 horas trabalhadas e, por fim, duas trabalhadoras que relataram mais de 13 horas trabalhadas diariamente.

Na análise, tendo por base os efeitos do trabalho em condição de precarização na vida e na saúde de trabalhadoras que usam moto para realizar entregas, foram encontradas três categorias temáticas que serão discutidas neste artigo: conflitos de gênero na categoria de entregas por motocicletas; precarização, flexibilidade e tempo para o cuidado; e estratégias associativas de resistência e cuidado entre trabalhadoras.

“Eles acham que sou concorrente deles”: conflitos de gênero na categoria de entregas por motocicletas

Historicamente, as atividades produtivas, especialmente aquelas que demandam o uso de veículos, têm sido atribuídas predominantemente aos homens, com base em construções socioculturais que os associam à força física, à coragem e à competência técnica. Tal atribuição reflete a persistência da divisão sexual do trabalho, que não apenas sustenta a predominância masculina nesse setor, mas também contribui para a marginalização das mulheres que nele atuam. Essa lógica excludente opera, simbolicamente, ao negar às trabalhadoras a legitimidade para ocupar tais funções ao mesmo tempo que perpetua a ideia de que seriam menos aptas a desempenhá-las, o que impõe obstáculos à sua inserção e ao reconhecimento profissional nesses contextos¹².

A associação entre o trabalho com veículos e a masculinidade no meio social reforça a ideia de que o trabalho produtivo é naturalmente masculino, excluindo as mulheres com base em argumentos de capacidade física ou intelectual. A esse respeito, a plataformização do trabalho de entregas reproduz e amplifica essas desigualdades de gênero. Estudos demonstram que, embora as plataformas aleguem neutralidade, os seus algoritmos e as estruturas de gestão perpetuam estereótipos discriminatórios, marginalizando as mulheres. Tudo isso contribui para os conflitos de gênero e a discriminação nesse setor, que se traduz em

um ambiente hostil e de rivalidade¹³, como evidencia-se nas falas abaixo:

Eles olhavam diferente apesar de nunca falarem nada, é complicado chegar em um ponto e estar cheio de homens, no início eram mais resistentes, agora percebo uma ligeira melhora. (Entregadora 15).

Os homens acham que a gente não consegue, somos sempre as mais lentas, as mais enroladas no trânsito, porém acho que a gente tem mais cuidado, mais atenção. É tanto que se vocês verem a quantidade de acidentes com homens e com mulheres, os da gente são bem poucos. (Entregadora 6).

Relatos de desconfiança, assédio e exclusão por parte de colegas do sexo masculino, conforme evidenciado nas narrativas anteriormente apresentadas, também são recorrentes em investigações qualitativas sobre o tema. Ademais, a inexistência de diretrizes institucionais por parte das plataformas digitais para a prevenção e o enfrentamento do assédio contribui significativamente para a manutenção de um ambiente de trabalho hostil e pouco inclusivo para as entregadoras¹⁴. É compreensível que diversas trabalhadoras relatem a falta de incentivo por parte de suas redes familiares e de suporte social ao optarem por atuar nessa ocupação, uma vez que os obstáculos enfrentados não se restringem aos pares, estendendo-se também aos estabelecimentos comerciais e aos usuários do serviço. De acordo com os depoimentos das participantes, torna-se necessário confrontar estigmas relacionados com a suposta fragilidade associada ao feminino, especialmente em um contexto profissional socialmente masculinizado¹⁵.

Para além das adversidades vivenciadas nos ambientes laborais, é necessário considerar a sobrecarga decorrente das responsabilidades associadas ao trabalho reprodutivo, majoritariamente atribuído às mulheres. Essas atividades, frequentemente não remuneradas e naturalizadas como inerentes ao feminino, englobam cuidados com filhos, pessoas idosas e manutenção do espaço doméstico.

A distribuição desigual dessas funções, em comparação com os homens, contribui para a reprodução das desigualdades de gênero e consolida estigmas que comprometem a inserção igualitária das mulheres no mercado de trabalho, principalmente em ocupações que demandam elevada disponibilidade e flexibilidade, como aquelas mediadas por plataformas digitais¹⁵.

Muitas entregadoras relataram que seus familiares expressaram preocupações quanto à segurança, perante as exposições a acidentes, mas frequentemente a violência de gênero foi acessada:

Meu filho me encorajou no sentido de me inspirar, mas não queria que eu fizesse, ninguém quer lá em casa, uma mulher de quase 60 anos que faz entrega, nem meu marido, nem meus filhos querem. (Entregadora 5).

Só tive apoio do meu marido, ainda somos discriminadas, os próprios motoboys não nos respeitam, acha que estamos invadindo o trabalho deles, hoje menos, mas antigamente sentia isso demais. Acho que as mulheres ganharam muito espaço, e os motoboys acham que estamos tomando seu lugar. (Entregadora 7).

Os relatos das participantes, exemplificados nas falas das entregadoras 5 e 7, evidenciam um contexto de precariedade e insegurança no exercício da atividade de entregas por aplicativos, tanto nas interações com colegas de profissão quanto nas situações de vulnerabilidade agravadas pela condição de gênero. Assim, destaca-se a sobreposição de eixos de opressão, uma vez que gênero, classe social e raça operam de maneira interdependente e articulada na produção e manutenção das desigualdades estruturais¹⁶.

Torna-se fundamental analisar de que forma os marcadores sociais de classe e raça se articulam às desigualdades de gênero, conformando vulnerabilidades específicas na experiência de mulheres entregadoras. Embora as interseccionalidades estejam presentes nas narrativas

das participantes, estas apontam as assimetrias de gênero como elemento central na vivência das relações laborais. As interações em um espaço predominantemente masculinizado não somente dificultam a permanência e o reconhecimento profissional das trabalhadoras, mas também reforçam estruturas patriarcais já consolidadas. Nesse cenário, as implicações para a saúde física e mental das mulheres inseridas nesse setor emergem como uma questão prioritária, que demanda atenção específica^{17,18}.

O flerte da precarização: a flexibilidade e necessidade de tempo para dedicação ao trabalho de cuidado

Um dos elementos que impulsionam a inserção de mulheres em ocupações mediadas por plataformas digitais é a possibilidade de flexibilização do tempo de trabalho, permitindo articular as atividades remuneradas às responsabilidades do âmbito reprodutivo, como as tarefas domésticas e o cuidado com dependentes. Essa conciliação, frequentemente imposta desigualmente ao gênero feminino, evidencia a sobrecarga da dupla jornada. Em cenários marcados pela precarização das relações laborais e pela ausência de políticas públicas eficazes de suporte à maternidade, o trabalho por aplicativos configura-se como uma alternativa viável para aquelas que necessitam de maior autonomia na gestão dos horários¹⁹.

Saí da empresa que eu trabalhava há 13 anos, porque eles queriam que eu ficasse viajando e eu não queria mais viajar porque eu tinha um bebê pequeno. Trabalhando por aplicativo posso ter flexibilidade para cuidar de meu filho. (Entregadora 13).

Em contraposição à rigidez e à subordinação do trabalho formalizado, muitas trabalhadoras relataram optar pela plataformização devido à possibilidade de gerir o seu próprio tempo,

alternando turnos de entrega com tarefas como levar os filhos à escola, preparar refeições e cuidar de familiares. Contudo, no caso em questão, verifica-se a persistência da sobrecarga, da falta de tempo para outras atividades sociais e de cuidados de saúde^{19,20}.

Observa-se, a partir dos relatos das entregadoras, que, embora as plataformas digitais promovam certa flexibilidade na organização das jornadas, essa característica não se converte, necessariamente, em melhoria das condições de vida. Isso ocorre porque as responsabilidades relacionadas com o cuidado permanecem privatizadas, recaindo exclusivamente sobre as trabalhadoras. Ademais, a suposta autonomia na gestão do tempo revela uma contradição estrutural: a exigência de extensas horas de atividade para compensar a baixa remuneração por demanda, o que frequentemente resulta em intensificação do esforço laboral e sobrecarga física e mental.

Trabalhar como entregadora não me deu mais tempo para ficar com minha família, como dizem, a gente tem que conciliar [...] quando somos CLT temos uma folga determinada para aquilo [...] trabalhando como entregadora não temos dia certo de folga, no outro emprego tinha mais tempo para outras atividades. (Entregadora 4).

A aparente autonomia presente no trabalho mediado por plataformas digitais constitui um dos principais atrativos para trabalhadores e trabalhadoras, frequentemente influenciados pela retórica do empreendedorismo e da flexibilização do tempo. Essa narrativa, ao prometer maior liberdade na gestão da atividade laboral, mascara relações assimétricas de poder e exploração. Trata-se de uma construção típica do ideário neoliberal, cuja adesão voluntária esconde os mecanismos de controle exercidos por meio de sistemas algorítmicos e dinâmicas gamificadas, que potencializam a intensificação das tarefas e a maximização dos lucros empresariais em detrimento das condições de trabalho e bem-estar dos envolvidos²⁰.

No caso das participantes desta pesquisa, a percepção da falsa autonomia manifesta-se na dificuldade de organizar a rotina laboral, gerir os próprios recursos e preservar práticas básicas de autocuidado. Essa condição é agravada pela lógica de rendimento atrelada ao cumprimento de metas diárias, impondo um ritmo intensificado e dificultando a conciliação entre as exigências do trabalho e as necessidades individuais.

Tenho que rodar a quantidade de horas estabelecida por dia, para bater a meta, tenho hora para ligar e hora para desligar, e se não ligar, tenho que me explicar, tem dias que faço tudo e dá tempo de ir para casa, cuidar de tudo, mas tem dias que é muita correria. (Entregadora 12).

O relato analisado revela de forma clara a lógica de controle e intensificação imposta pelas plataformas digitais, que, apesar do discurso de flexibilidade, estabelecem rotinas rigidamente estruturadas e metas impostas unilateralmente. A dinâmica da plataformização oculta um modelo de gestão algorítmica que transfere às trabalhadoras a total responsabilidade pelos resultados obtidos, aprofundando os efeitos da precarização. Destaca-se, nesse contexto, a sobrecarga decorrente da dificuldade em conciliar as exigências laborais com outras esferas da vida cotidiana – sobretudo aquelas relacionadas com o cuidado –, evidenciando a sobreposição de jornadas que afeta de maneira desproporcional as mulheres.

Além disso, é válido salientar que a articulação entre as exigências do trabalho remunerado e o trabalho reprodutivo pode ser constantemente atravessada por sentimentos de inadequação, culpa e autocobrança. Esse processo pode ser intensificado pela narrativa da lógica de mercado que atribui a responsabilidade pela gestão do tempo, da produtividade e da vida sobre o indivíduo. Como consequência, consolida-se a naturalização da sobrecarga feminina e aprofunda-se o processo de precarização, particularmente em contextos de intensa desigualdade social e econômica¹⁹.

“A minha saúde é precária, a mental já não existe mais”: repercussões da precarização para a saúde das entregadoras

As transformações nas relações laborais, associadas à inserção precária das mulheres no mercado de trabalho – especialmente em ocupações tradicionalmente atravessadas por uma divisão sexual do trabalho que privilegia o masculino –, têm gerado implicações relevantes para a saúde dessas trabalhadoras. Tal dinâmica se manifesta de forma singularmente aguda entre aquelas envolvidas em atividades de entrega mediadas por plataformas digitais, nas quais as desigualdades de gênero se entrelaçam com a precarização das condições de trabalho. Esse cenário impulsiona experiências de insegurança, exposição ao assédio, discriminação e sensação de invisibilidade no exercício da atividade laboral, com repercussões diretas sobre o bem-estar físico e psicológico dessas profissionais²¹.

A intensificação da jornada, a sobrecarga física e psicológica, a ausência de suporte institucional e as limitações para a adoção de práticas de autocuidado, características inerentes ao trabalho plataformizado, configuram um cenário de vulnerabilidade que repercute negativamente na saúde mental. Esse contexto contribui para o aumento da incidência de transtornos como ansiedade, estresse e depressão²¹. As consequências da intensificação do trabalho e da produção de cansaço do capitalismo contemporâneo na saúde dos(as) trabalhadores(as) são exemplificadas por meio de manifestações de sintomas como fadiga e irritabilidade, que podem levar ao esgotamento físico e mental (Síndrome de *Burnout*), distúrbios do sono e outros quadros psicopatológicos²².

Avalio a minha saúde física como precária, a mental já não existe mais, já surtei duas vezes, já tentei suicídio recentemente, e o psicológico acaba puxando para o físico também. (Entregadora 8).

A análise da narrativa da entregadora demonstra como os riscos psicossociais inerentes à atividade exercida influenciam a saúde mental da categoria. A exposição contínua a jornadas extenuantes, à insegurança financeira e à ausência de suporte institucional configura um cenário de sofrimento e adoecimento físico e psicológico. Ademais, é importante ressaltar que o modelo de plataforma intensifica a precarização estrutural das relações de trabalho, promovendo a individualização dos riscos e responsabilização do trabalhador por sua própria sobrevivência. Assim, o sofrimento experimentado pelas entregadoras não se configura meramente como um efeito colateral, mas como um componente intrínseco de um modelo de organização do trabalho que subordina a saúde e a vida à lógica produtivista e algorítmica das plataformas digitais^{5,23}.

As implicações do trabalho mediado por plataformas para a realidade das entregadoras evidenciam a relevância dos marcadores sociais de gênero, classe e atividade laboral na constituição de processos de adoecimento. As questões abordadas neste estudo exigem uma abordagem crítica e interseccional que vá além da mera identificação de sintomas, orientando-se pela construção de saberes comprometidos com a justiça social. O avanço dessa reflexão no âmbito acadêmico não apenas aprofunda a compreensão dos efeitos do trabalho digital sobre as trajetórias femininas, mas também subsidia a elaboração de políticas públicas e estratégias coletivas voltadas à proteção, reconhecimento e dignidade dessas profissionais no espaço público.

"Olhar com mais carinho pela profissão e pelas colegas": estratégias associativas de resistência e cuidado entre trabalhadoras de entregas

Diante da constelação de desafios que as entregadoras enfrentam cotidianamente, em algumas cidades do Brasil, a exemplo da cidade de João Pessoa, tem se fortalecido a criação de

associações e movimentos para reivindicação de direitos, como o movimento breque dos *apps*²⁴. A organização em grupos *online* e *offline* tem sido crucial para denunciar discriminação e pressionar plataformas por melhores condições de trabalho, *"Começamos a olhar com mais carinho pela profissão e pelas colegas, somos guerreiras demais, temos vencido muitos obstáculos"* (Entregadora 9).

Nessa esteira, as redes de apoio e coletivos têm sido fatores importantes para fortalecer a presença de mulheres cis e trans no setor e reduzir as desigualdades de gênero. Algumas plataformas, em resposta a críticas de denúncias públicas lançadas por esse movimento, começaram a implementar medidas simbólicas, como uso de linguagem neutra para referir-se a pessoas entregadoras e canais exclusivos para relatos de assédio. Contudo, essas iniciativas das empresas ainda são incipientes e seguem sendo insuficientes para garantir condições dignas de trabalho, sobretudo para mulheres.

A solidariedade de classe e a sororidade entre as entregadoras emergem como resposta concreta à precarização, à violência de gênero e à solidão que caracterizam a dinâmica de entregas por aplicativos⁵. Um exemplo dessas redes são os grupos em aplicativos de mensagens nos quais as entregadoras compartilham trajetos seguros, locais com estrutura mínima para descanso e, principalmente, escuta e acolhimento para os momentos de exaustão física e emocional. Estudos também apontam que a atuação das mulheres nesse setor está diretamente atravessada por relações de gênero e raça. Para driblar as dificuldades, muitas entregadoras organizam-se em grupos informais de apoio, nos quais compartilham estratégias individuais e coletivas de enfrentamento das adversidades¹⁷.

Tais espaços virtuais, muitas vezes, extrapolam o digital, dando lugar a encontros presenciais e articulações coletivas de reivindicação, critérios justos de pontuação e políticas de proteção específicas para mulheres, com vistas a melhorias na segurança, na saúde e no campo dos direitos. Dessa mobilização, algumas das

interlocutoras entrevistadas nesta pesquisa desenvolveram uma iniciativa que culminou na criação de uma associação de mulheres trabalhadoras de moto entregas. Anteriormente à criação dessa associação específica, já existia uma associação de classe na cidade, mas as mulheres não se sentiam contempladas em muitos dos pleitos liderados por um coletivo que na sua maioria era composto por homens. Assim, elas reconheceram como fundamental a criação de uma associação exclusiva para mulheres, ainda que a interlocução com o movimento geral continue sendo considerada uma articulação política de relevo na luta da categoria.

Essa associação conta com uma sede para realização de reuniões, atividades educativas, e oferece infraestrutura de banheiros e espaço de descanso e espera mais seguros. Para as entregadoras, isso proporciona o mínimo de dignidade para as mulheres que passam boa parte do dia nas ruas. O cuidado coletivo, nesse cenário, é uma prática política, na qual a noção de trabalho pode ser ressignificada, uma vez que a competição, tão destacada nas falas entre os colegas homens, dá lugar a formas relacionais voltadas à cooperação. Assim, a invisibilidade dessas mulheres começa a se transformar em protagonismo, a partir de estratégias associativas de resistência e cuidado, como se observa nas falas das interlocutoras:

Aprendemos bastante nas reuniões, quando compartilhamos nossos medos, angústias e dificuldades, sempre procurando ajudar uma à outra. (Entregadora 11).

A importância da união e de como é bom ter mulheres nesse trabalho, mulheres iguais a mim, guerreiras, que apesar das dificuldades estão sempre prontas para ajudar. (Entregadora 8).

Observa-se que, diante da ausência de políticas públicas direcionadas e da persistente invisibilidade institucional, as mulheres entregadoras têm articulado formas autônomas de organização coletiva, por meio da criação de redes de compartilhamento de experiências,

alerta de segurança, apoio emocional e estratégias conjuntas de enfrentamento do assédio e da discriminação. Essas iniciativas constituem redes de solidariedade entre pares, que não apenas viabilizam a manutenção da vida cotidiana, mas também se configuram como práticas de resistência diante das múltiplas opressões presentes no trabalho mediado por plataformas digitais. Tal mobilização evidencia a construção de alternativas mais justas de existência e atuação profissional, mesmo em um contexto laboral marcado por intensos processos de precarização e adoecimento.

Considerações finais

O trabalho de entregas plataformizado, quando analisado sob a perspectiva de gênero, revela um cenário marcado por contradições e desafios específicos para as mulheres, que se materializam em implicações na saúde física e mental destas trabalhadoras. Dentre os determinantes sociais da saúde, os mais destacados nas narrativas das participantes do estudo, em primeiro lugar, trata-se da construção social do trabalho realizado com motocicleta como uma atividade masculina, frequentemente associada à força, destreza e coragem, reforçando estereótipos e marginalizando essas trabalhadoras, dificultando sua aceitação e legitimação no setor. Ademais, essa barreira simbólica se soma à precariedade estrutural do trabalho por aplicativos, criando um ambiente duplamente hostil que se manifesta tanto no espaço público, sob a forma de assédio e violência, quanto nas relações de trabalho, provocando quadros de ansiedade, depressão e esgotamento físico.

A segunda questão de relevância presente na fala das trabalhadoras foi a promessa de flexibilidade, frequentemente veiculada como vantagem pelas plataformas, mas que se mostra uma ilusão quando confrontada com a realidade do trabalho de cuidado, sobretudo para mulheres mães ou responsáveis por familiares. A ausência de proteção social, combinada

com a necessidade de longas jornadas para compensar os baixos ganhos, transforma essa flexibilidade em um risco para a saúde, sendo mais um mecanismo de exploração. Ao invés de auxiliar no desequilíbrio do tempo para as mulheres, aprofunda os riscos de sobrecarga física e mental, não oferece vantagem quanto ao tempo disponível para o trabalho de cuidados que muitas almejam, uma vez que é socialmente construído como uma designação de gênero.

Diante desse contexto, as formas de associação entre mulheres nessa categoria emergem como estratégia de resistência, atuando como mecanismo protetor a partir de coletivos, grupos de apoio e redes informais. A criação da associação de classe exclusivamente para as mulheres, com uma sede própria, mostrou-se, nas narrativas das interlocutoras, não apenas um meio para suporte emocional e prático, mas também um espaço importante de organização política com potencial para emancipação social, tão cara à promoção da saúde.

Este estudo evidencia que a precarização inerente ao trabalho plataformizado articula-se a desigualdades estruturais de gênero, intensificando as vulnerabilidades incididas sobre a saúde física e mental das mulheres

entregadoras. Dessa maneira, é imprescindível que as políticas públicas de saúde da mulher trabalhadora incorporem as especificidades desse grupo, por meio da inclusão nos sistemas de vigilância em saúde, da elaboração de protocolos de atenção especializados e do desenvolvimento de programas de saúde mental voltados a trabalhadoras inseridas em contextos de informalidade e precarização laboral.

Colaboradores

Silva CA (0000-0002-7700-3934)* e Oliveira RSG (0009-0002-6175-1345)* contribuíram para concepção do estudo, organização dos dados e redação da versão inicial do manuscrito. Oliveira ANR (0009-0006-1850-3513)* contribuiu para revisão teórica, aprimoramento metodológico e conclusões do manuscrito. Vasconcelos LEM (0000-0002-8955-0169)* e Nascimento Júnior LS (0000-0002-5383-8494)* contribuíram para revisão crítica do manuscrito. Diniz de Sá F (0000-0001-8525-7718)* contribuiu para a revisão crítica e aprovação da versão final do manuscrito. ■

Referências

1. Castilho DR, Cavalcante MAM, Gomes VLB, et al. Informalidade no capitalismo plataformizado: particularidades do município de Belém-Pará. *O Social em Questão*. 2024;1(58):103-126. DOI: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.OSQ.65353>
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022* [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2023 [acesso em 2025 mar 25]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102035>
3. Moreno KB. Uma breve análise sobre a precarização do trabalho plataformizado no município de São Gonçalo, Rio de Janeiro. *Espaço Econ Rev Bras Geogr Econ*. 2023;1(26). DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.24798>

*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).

4. Salvagni J, Veronese MV, Figaro R. Plataformas digitais: o retrato contemporâneo da exploração no trabalho e os desafios à saúde do trabalhador. *Rev Bras Saude Ocup.* 2025;50:edsmsubj7. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/23322pt2025v50edsmsubj7>
5. Rodrigues NLPR, Lucca SRD. Precarização do trabalho em plataformas digitais: narrativas de desgaste e desalento de motoristas e entregadores. *Saúde debate.* 2024;48(143):e9270. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-289820241439270P>
6. Soares PE, Araújo ACM, Silva EDFF. A invisibilidade das entregadoras de aplicativo: a uberização como elemento de precarização da divisão sexual do trabalho. *Braz J Dev.* 2021;7(5):51611-51641. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n5-519>
7. Kergoat D. Divisão sexual do trabalho e relações de gênero [Internet]. In: Emílio M, Teixeira M, Nobre M, et al., organizadoras. *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas.* São Paulo: Coord especial da mulher; 2003 [acesso em 2025 jun 25];55-64. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf#page=55>
8. Cheron C, Salvagni J, Colomby R. 'Homem só respeita homem': quando o machismo invisibiliza duplamente o trabalho das entregadoras por plataformas. In: 46º Encontro da ANPAD – EnANPAD 2022 [Internet]; 2022 set 21-23. [local desconhecido]; ANPAD; 2022 [acesso em 2025 jun 25]. p. 1-23. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/df308fd90635b28d82558cf580c73ed9.pdf>
9. Conselho Nacional de Saúde (BR). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União, Brasília, DF.* 2013 jun 13; Edição 112; Seção I:59-62.
10. Conselho Nacional de Saúde (BR). Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. *Diário Oficial da União, Brasília, DF.* 2016 maio 20; Edição 98, Seção I:44-46.
11. Minayo MC, Costa AP. *Técnicas que fazem uso da palavra, do olhar e da empatia: pesquisa qualitativa em ação.* São Paulo: Ludomedia; 2019.
12. Moraes CM, Alencar NPR, Guerra BM. Discriminação da mulher no trabalho em plataformas digitais. *Revista do TRT7.* 2023;42(42):59-71. DOI: <https://doi.org/10.69488/revistatrt7v42i42.146>
13. Goulart AMM, Melo MCOL, Versiani F. Relações de gênero e gueto profissional: estudo com mulheres motoristas de aplicativos de mobilidade urbana. *Recadm.* 2022;21(1):124-148. DOI: <http://dx.doi.org/10.21529/RECADM.2022005>
14. Hirata H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social.* 2014;26(1):61-73. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
15. Sousa VFF, Bezerra TCE. Mulheres trabalhadoras em tempos de capital: fundamentos, resistências e sobreposições de trabalho. *Rev Perspec Soc.* 2024;10(2):177-195. DOI: <https://doi.org/10.15210/rps.v10i02.26892>
16. Oliveira PTG, Junges JR. Plataformas digitais de entrega de alimentação: condições de trabalho e riscos para a saúde. *Saúde Soc.* 2023;32(3):e220642pt. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220642pt>
17. Arnaud BN, Gomes VLB. Retrato da mulher na plataforma do trabalho: a particularidade das entregadoras por aplicativos em Belém-Pará. *Rev Ciênc Trab.* 2024;1(25):1-12.
18. Freitas TV. Trabalho, flexibilidade e família: uma combinação (im)perfeita. *Estud Sociol.* 2014;19(36):147-162.
19. Pellegrini CMC, Costa APM. Trabalho, emprego e renda na era da plataforma digital: o caso dos trabalhos de cuidado. *Liinc rev.* 2022;18(2):e6011. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v18i2.6011>

20. Antunes R, Filgueiras V. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Contracampo*. 2020;39(1):27-43. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>
 21. Ciraulo LM. Trabalho, subjetividade e gênero: o caso das entregadoras de aplicativos em João Pessoa [dissertação]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba; 2023. 77 p.
 22. Viapiana VN, Gomes RM, Albuquerque GSC. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. *Saúde debate*. 2018;42(1):175-186. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S414>
 23. Antunes R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo; 2018. 321 p.
 24. Carvalho FSE, Santos Pereira S, Sobrinho GS. #BrequeDosApps e a organização coletiva dos entregadores por aplicativo no Brasil. *Rev Juríd Trab Desenvol Hum*. 2020;3(1):1-29. DOI: <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v3.85>
-
- Recebido em 13/04/2025
Aprovado em 12/07/2025
Conflito de interesses: inexistente
Disponibilidade de dados: os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito
Suporte financeiro: não houve
- Editor responsável:** Heleno Rodrigues Corrêa Filho